

Acerto da dívida ainda depende do FMI

ROLF KUNTZ

O acordo com os bancos credores do Brasil, sobre um débito no valor de US\$ 44 bilhões, depende agora de dois lances. O governo precisa de um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além de sacramentar o programa econômico do governo Itamar Franco, o FMI poderá financiar parte das garantias previstas na renegociação com os bancos. Em segundo lugar, será preciso convencer os credores a mudar as condições oferecidas.

A proposta global de renegociação, fechada em julho e aprovada em dezembro pelo Senado, foi aceita por bancos detentores de 97,5% dos créditos. A adesão, porém, é um passo para a definição do acordo efetivo. Os credores devem optar por uma conversão de seus créditos em novos títulos. Seis opções foram incluídas no cardápio. Até agora, os bancos propuseram converter 65% dos US\$ 44 bilhões em bônus ao par, com juros fixos por

30 anos e sem redução do valor de face. Em segundo lugar, nas escolhas, apareceram os bônus com desconto, com juros que flutuam de acordo com o mercado, mas o valor do débito diminui 35%.

Segundo o entendimento preliminar, oficializado em setembro, o governo brasileiro teria o direito de recusar as ofertas, se houvesse grande desequilíbrio entre as opções dos bancos. O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, já manifestou descontentamento: a escolha dos bônus ao par não deve ir além de 40% da dívida. O governo não está disposto a oferecer garantias — títulos do Tesouro dos Estados Unidos — superiores a US\$ 3,2 bilhões, nem a gastar todo esse dinheiro. A idéia original é usar US\$ 1 bilhão de reservas e obter o resto como financiamento. O presidente Itamar Franco herdou de seu antecessor o acordo preliminar, ou de princípios, consubstanciado na chamada term sheet (minuta). Depois que o Senado aprovou os princípios, o nego-

ciador da dívida, Pedro Malan, nomeado ainda pelo presidente Fernando Collor, iniciou contatos com os 800 bancos credores para expor a posição brasileira e detalhar as condições do acerto.

Os contatos começaram em 26 de janeiro, em Nova York. Em 15 de março estava formada a massa crítica para a renegociação da dívida, com adesão de mais de 700 credores, donos de quase todos os créditos bancários contra o Tesouro brasileiro.

Desde novembro, o governo Itamar tem pago juros atrasados da dívida. Naquele mês, por exemplo, foram liquidados US\$ 860 milhões. Mais US\$ 170 milhões foram desembolsados em janeiro e um pagamento igual foi previsto para a data de assinatura dos contratos de renegociação. Decidiu-se, porém, antecipar a remessa para dia 29 de março, numa demonstração de boa vontade. Em abril, uma missão brasileira deve ir a Washington para retomar contato com o FMI.